A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: PRINCÍPIO, FUNDAMENTO E VALOR SUPREMO

Stenio Souza Marques¹
Stella Maris Souza Marques²
Aline Rocha Camargos Chaves³

RESUMO

O artigo em tela objetiva discutir a respeito do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, prevista no artigo 1º, inciso III, da Constituição da Federal de 1988. Para tanto, são apresentados os conceitos iniciais e uma breve retrospectiva histórica acerca da construção e sedimentação da dignidade da pessoa humana enquanto princípio, valor supremo e fundamento da Carta Magna brasileira.

Palavras-chave: Dignidade da pessoa humana, fundamento, constituição federal, 1988.

I NOÇÕES INICIAIS ACERCA DA DIGNIDADE HUMANA

Antes de adentrar especificamente no tema em tela, faz-se necessário recuperar o significado da palavra princípio. Princípio vem do latim *principium* e significa início, começo, ponto de partida. Princípio jurídico, na concepção de Mello (2002, p. 450):

[...] é mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido harmônico.

¹ Mestrando em Educação pela Universidade de Uberaba – UNIUBE. Especialista em Direito Processual Contemporâneo pela UNESP. Advogado.

² Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU.

³ Advogada. Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Anhanguera.

Não se pode negar a importância dos princípios constitucionais em sua função ordenadora, uma vez que estes harmonizam e unificam todo o sistema constitucional, como também apontam para o novo cenário do Direito, por representarem um conjunto de valores que inspirou o constituinte na elaboração da Constituição, orientando e fundamentando as suas decisões.

Uma das principais características dos princípios é a sua função hermenêutica, a qual proporciona que os magistrados extraíam a essência de uma dada disposição legal limitando, inclusive, arbitrariedades. Ao cumprirem a função de limitação da interpretação, restringem a discricionariedade judicial. Cumpre evidenciar que os princípios possuem, também, função supletiva ou integrativa, uma vez que são aptos a preencher lacunas deixadas pelas normas constitucionais, consoante evidencia Carvalho (2009, p. 641):

Os princípios constitucionais são extraídos de enumerados normativos, com elevado grau de abstração e generalidade, que preveem os valores que informam a ordem jurídica, com a finalidade de informar as atividades produtiva, interpretativa e aplicativa das regras, de sorte que eventual colisão é removida na dimensão do peso, a teor do critério da ponderação, com a prevalência de algum princípio concorrente.

A dignidade humana, de forma geral, levou bastante tempo para ser objeto de reconhecimento, embora o direito constitucional brasileiro, em oposição à maioria absoluta dos demais países, tenha inserido a dignidade de forma precoce no texto constitucional. Na Carta Magna de 1988, a dignidade humana foi inserida no primeiro Título do texto constitucional, no artigo primeiro, inciso III. Vale lembrar que a primeira aparição em um texto constitucional se deu em 1934. (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2015).

O conceito de dignidade da pessoa humana não é um conceito que sempre existiu ao longo da história. O seu conteúdo foi construído e sedimentado lentamente. A respeito desta construção histórica, Agra (2014, p. 302) leciona:

O conceito de dignidade da pessoa humana não é um conceito a priori, que sempre existiu ao longo do tempo, mas foi sendo composto paulatinamente, fruto de diversas circunstâncias históricas, concretizando um dos principais direitos para a espécie humana.

É preciso mencionar que a ideologia cristã contribuiu para a solidificação da dignidade humana, na medida em que estabelecia que o homem é concebido à imagem e semelhança de Deus e, nesse sentido, qualquer ofensa a outro ser humano importaria necessariamente a uma ofensa a Deus. Sobre a influência do cristianismo, Agra (2014, p. 303) explica:

Com o advento da ideologia cristã, em que o homem passa a ser concebido à imagem e semelhança de Deus, a dignidade passou a ser mérito de todos os seres humanos, independentemente de suas qualidades; como seres concebidos à igualdade e semelhança de Deus, a integridade dos homens faz parte da essência divina, merecendo, portanto, ser respeitada. A raiz cristã sustenta que há uma unidade entre o homem e Deus, sintetizada na dignidade humana.

A Constituição brasileira de 1934, juntamente com a Constituição de Weimar de 1919, a Constituição Portuguesa de 1933 e a Constituição da Irlanda de 1934 estão entre as poucas constituições que fizeram referência expressa à dignidade humana, antes mesmo das atrocidades provocadas pela Segunda Guerra Mundial. Como reação às incontáveis crueldades cometidas especialmente pelos regimes totalitários, a Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948) bem como diversas constituições nacionais, com destaque especial para a Lei Fundamental da Alemanha, de 1949, começaram a propagar e garantir a dignidade da pessoa humana. (SARLET; MARINONI; MITIDIERO, 2015).

A dignidade da pessoa humana é a base e elemento central da Constituição Alemã de 1949, ao determinar que a dignidade do ser humano é inviolável. Nesse sentido, nenhuma norma jurídica é autorizada a prejudicar a dignidade humana, haja vista que o homem se torna o valor mais importante do ordenamento jurídico. A respeito dessa centralidade, Agra (2014, p. 303) leciona:

Ela é a base do ordenamento jurídico, seu elemento central, como dispõe a Constituição alemã de 1949 ao afirmar que a dignidade da pessoa humana se configura inviolável. Dessa centralidade advém que nenhuma norma jurídica pode denegrir seu conteúdo essencial, o homem é considerado como o valor mais importante do ordenamento jurídico, tornando-o vetor paradigmático para a interpretação das demais normas e valores constitucionais

A dignidade humana simboliza um conjunto de direitos que são inerentes à espécie humana, sem os quais o homem seria apenas um objeto. São direitos

essenciais, tais com a vida, a saúde, o lazer, a educação, o trabalho, dentre vários outros que devem ser proporcionados pelo Estado. Nessa linha de entendimento Agra (2014, p. 303) doutrina:

A dignidade da pessoa humana representa um complexo de direitos que são inerentes à espécie humana, sem eles o homem se transformaria em coisa, res. São direitos como a vida, lazer, saúde, educação, trabalho e cultura que devem ser propiciados pelo Estado e, para isso, pagamos tamanha carga tributária. Esses direitos servem para densificar e fortalecer os direitos da pessoa humana, configurando-se como centro fundante da ordem jurídica.

Imperioso lembrar que as condições para que a dignidade humana se efetive devem ser proporcionadas pelo Estado. Não se tratam de prerrogativas concedidas pelo Estado aos homens, mas sim o reconhecimento da própria essência e natureza do ser humano. Assim, não se permite relacionar a dignidade humana a qualquer condição social ou econômica. Sobre o tema, Agra (2014, p. 304) complementa:

As condições de dignidade da pessoa humana devem ser propiciadas pelo Estado, mas não são prerrogativas outorgadas pelas entidades governamentais. Elas são preexistentes a qualquer direito estatal, advindo da qualidade inata dos seres humanos – o Estado apenas atestou a sua existência e se comprometeu a velar por elas. Não se pode atrelar a dignidade da pessoa humana a condições econômicas, defendendo que apenas os que tenham recursos financeiros ostentam essa prerrogativa. Contudo, é inegável que sem certos pressupostos econômicos não se pode assegurar a ninguém respeito à sua integridade.

E, justamente por ter importância extraordinária, a dignidade humana possui algumas características, tais como: é inata, inalienável e absoluta. É inata porque é própria do ser humano e independe de qualquer tipo de condição para a sua efetivação. É inalienável por não pode ser cedida ou comercializada. É absoluta pois não admite ser mitigada, a não ser em situações específicas em que haja compatibilidade com o princípio da proporcionalidade. Sobre as características essenciais, Agra (2014, p. 304) esclarece:

Dessa relevância advêm suas características: inata, inalienável e absoluta. Inata porque não depende de qualquer tipo de condição para sua realização, seja jurídica ou metajurídica. Inalienável em razão de que não pode ser cedida, nem mesmo por meio de contrato ou por livre vontade. Absoluta, pois não pode ser objeto de mitigação, a não ser em casos específicos em que haja necessidade de compatibilização, adequando-se ao princípio da proporcionalidade.

II A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988: PRINCÍPIO, FUNDAMENTO E VALOR SUPREMO

A Constituição de 1988 surgiu como esperança para a nação brasileira, propagando em todo o país um sentimento constitucional jamais visto. (CUNHA JR, 2012). Desde o golpe de 1964, em meio ao regime da ditadura militar, diversos movimentos político-sociais se espalharam por todo o país, visando a redemocratização da pátria. (CUNHA JR, 2012).

A partir de 1984 intensificaram-se as lutas em busca de eleições diretas para presidente da república e, evidentemente, de uma nova constituição que fosse apta a refazer o pacto político-social, reestabelecendo as liberdades públicas, as quais haviam sido mitigadas pelo antigo regime. (CUNHA JR, 2012).

A Carta Magna de 1988 nasceu neste contexto de lutas contra o antigo regime e o desejo por maiores direitos e garantias. O ideário da Constituição de 1988 adotou como pressuposto a igualdade entre os homens, ao reconhecer que todos possuem a mesma natureza, o mesmo valor, sem qualquer distinção, assegurando a todos o respeito à sua dignidade humana.

Com efeito, a Constituição atual representa um grande avanço em relações às Constituições anteriores. Trata-se de uma Carta Magna destinada a assegurar o exercício dos direitos sociais, individuais, a igualdade, a liberdade, a segurança, o bem estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos. Nesta linha de entendimento, Cunha Jr. (2012, p. 532) sintetiza:

É essa a Constituição que temos; a melhor que tivemos na história política do País e, certamente, a melhor que teremos. Segundo o seu preâmbulo, que sintetiza os valores e propósitos da sociedade brasileira, ela foi promulgada legitimamente para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias.

No tocante à dignidade humana enquanto atributo do ser humana, Silva (1998, p. 90) ensina:

... a dignidade é um atributo intrínseco, da essência, da pessoa humana, único ser que compreende um valor interno, superior a qualquer preço, que não admite substituição equivalente. Assim a dignidade entranha e se confunde com a própria natureza do ser humano.

A dignidade humana representa um atributo, uma característica essencial do homem, superior a qualquer preço, sendo confundida com a própria natureza humana. Importante ressaltar que a dignidade humana não foi criada pela Constituição, pois ela é preexistente e decorre da própria natureza do homem. A Constituição apenas reconheceu a sua existência, transformando-a em um valor supremo do ordenamento jurídico. Nesse sentido, Silva (1998, p. 91) argumenta:

Portanto, a dignidade da pessoa humana não é uma criação constitucional, pois ela é um desses conceitos *a priori*, um dado preexistente a toda experiência especulativa, tal como a própria pessoa humana. A Constituição, reconhecendo a sua existência e a sua eminência, transformou-a num valor supremo da ordem jurídica, quando a declara como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito.

Vale destacar que a dignidade humana não é um princípio constitucional fundamental, embora parte da doutrina defenda e tente assim enquadrá-la. Este é o entendimento de Silva (1998, p. 91). Vejamos:

Apenas convém esclarecer que não se trata de um princípio constitucional fundamental. E fazemos esse esclarecimento, porque, a partir da promulgação da Constituição de 1988, a doutrina passou a tentar enquadrar tudo nesse conceito, sem atinar que ele é um conceito que se refere apenas à estruturação do ordenamento constitucional, portanto mais limitado do que os princípios constitucionais gerais, que envolvem toda a ordenação jurídica.

Recuperando o argumento anterior, a dignidade humana não é um princípio constitucional fundamental, mas sim um valor supremo do ordenamento. A Constituição de 1988 reconheceu a magnitude da dignidade humana e transformou-a em fundamento da República Federativa do Brasil. Trata-se de um mandamento nuclear que influencia toda a criação legislativa, atividade judicial, dentre outros, que deve respeito e, sobretudo observância à própria condição e natureza humana. A par do exposto, Silva (1998, p. 92) complementa:

Poderíamos até dizer que a eminência da dignidade humana é tal que é dotada ao mesmo tempo de natureza de valor supremo, princípio constitucional fundamental e geral que inspiram a ordem jurídica. Mas a verdade é que a Constituição lhe dá mais do que isso, quando a põe como fundamento da República Federativa do Brasil constituída em Estado Democrático de Direito. Se é fundamento é porque se constitui num valor supremo, num valor fundante da República, da Federação, do País, da Democracia e do Direito. Portanto, não é apenas um princípio da ordem jurídica, mas o é também da ordem política, social, econômica e cultural. Daí a sua natureza de valor supremo, porque está na base de toda a vida nacional.

Deste modo, a dignidade humana se constitui em um valor supremo que atrai o conteúdo de todos os direitos fundamentais do homem, desde o direito à vida. (SILVA, 1998). Acerca do tema, Silva (1998, p. 94) conclui:

Em conclusão, a dignidade da pessoa humana constitui um valor que atrai a realização dos direitos fundamentais do homem, em todas as suas dimensões, e, como a democracia é o único regime político capaz de propiciar a efetividade desses direitos, o que significa dignificar o homem, é ela que se revela como o seu valor supremo, o valor que dimensiona e humaniza.

Em sede nacional, o Princípio da Dignidade Humana está consolidado no artigo primeiro, inciso terceiro do Pergaminho Constitucional. Vejamos:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Por derradeiro, Silva (1998, p. 89-90) explana:

E assim também a tortura e toda sorte de desrespeito à pessoa humana praticadas sob o regime militar levaram o Constituinte brasileiro a

incluir a dignidade da pessoa humana como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito em que se constitui a República Federativa do Brasil, conforme disposto no inc. III do art. 1 da Constituição de 1988. A norma compreende dois conceitos fundamentais, porque, em si e isoladamente, revelam valores jurídicos: a pessoa humana e a dignidade.

CONCLUSÃO

O respeito à dignidade humana levou bastante tempo para ser objeto de reconhecimento. Em solo pátrio, a dignidade humana foi mencionada, pela primeira vez, na Constituição de 1934.

O conceito de dignidade humana não é algo que sempre existiu, muito pelo contrário, ele foi construído e alicerçado paulatinamente ao longo da história. As várias atrocidades cometidas nas Guerras Mundiais e as violações a Direitos Humanos em todo o planeta favoreceram a discussão a respeito da dignidade do homem.

Como reação às gravíssimas atrocidades cometidas especialmente pelos regimes totalitários, a Declaração dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (1948) bem como diversas constituições nacionais começaram a propagar e defender a dignidade da pessoa humana.

Também merecem destaque a Constituição brasileira de 1934, a Constituição de Weimar de 1919, a Constituição Portuguesa de 1933 e a Constituição da Irlanda de 1934 que, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial já mencionavam a dignidade humana. Frisa-se que o grande destaque fica por conta da Lei Fundamental da Alemanha, de 1949, a qual muito colaborou para garantir a dignidade da pessoa humana e a difundir o ideário no cenário internacional.

Nesse contexto, imperioso mencionar que o Cristianismo colaborou sobremaneira para o reconhecimento da dignidade humana, na medida em que preconizava que todos os seres humanos são concebidos à imagem e semelhança de Deus e, assim sendo, qualquer desrespeito, violação de direitos e sofrimento causado a outro homem importaria, necessariamente, em uma ofensa a Deus.

Na Carta Magna atual, a dignidade humana foi inserida no artigo primeiro, inciso terceiro, quando então o legislador constituinte estabeleceu que a dignidade humana, a soberania, a cidadania, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político compõem os fundamentos da República Federativa do Brasil.

Deste modo, a dignidade humana simboliza um conjunto de direitos que são próprios da espécie humana, sem os quais o homem seria apenas um objeto. São direitos essenciais, tais com a vida, a saúde, o lazer, a educação, o trabalho, dentre vários outros que devem ser proporcionados pelo Estado. Pode-se inferir que a dignidade humana não foi criada pelo Estado. O Estado apenas reconheceu esse valor que é inerente ao ser humano, qualidade esta que o torna diferente de todos os demais seres.

Ademais, dignidade humana não é apenas um princípio constitucional fundamental, embora parte da doutrina defenda e tente assim enquadrá-la. A dignidade humana é muito mais que um princípio, constituindo-se em um valor supremo e fundamento da República Federativa do Brasil. Trata-se de um mandamento nuclear, que influencia toda a criação legislativa, a atividade judicial, dentre outros, com o fito de garantir observância máxima à dignidade humana.

Por fim, o presente artigo objetivou apresentar uma visão generalista a respeito da dignidade da pessoa humana, sem a pretensão de esgotar o tema. Esperamos que cada vez mais artigos sejam confeccionados e que mais doutrinadores e pesquisadores se debruçam sobre esta matéria de grande relevo e que influencia toda a orientação legislativa e jurisprudencial.

REFERÊNCIAS

AGRA, Walber de Moura. Curso de direito constitucional. 8 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. Direito constitucional – teoria do estado e da constituição – direito constitucional positivo. 15 ed. Rev. Atual. Belo Horizonte, 2009.

CUNHA JR, Dirlei da. Curso de direito constitucional. 6 ed. Salvador: Jus Podium, 2012.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de direito administrativo. 5 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Curso de Direito Constitucional. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SILVA, José Afonso da. A dignidade da pessoa humana como valor supremo da democracia. Rev. De Dir. Administrativo, n. 212, abr./jun. de 1998.